

Prostituição em Espanha: a problemática da legalização da atividade e seus efeitos em termos de políticas públicas no país.

RODRIGUES, H. B. P.*; SEVERI, F. C. (orientador).

Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo)

a) **O trabalho no contexto em que se insere:** sabe-se que a União Europeia é uma “colcha de retalhos” em diversos aspectos, considerando a tamanha diversidade cultural, humana e linguística que há dentro de um continente territorialmente tão pequeno. Com o tema prostituição, gênero e feminismo não é diferente. Cada país possui suas concepções, seus pressupostos, sua legislação, seus organismos políticos, sua história. Mas há algo em comum entre praticamente todos estes países: o intenso e constante interesse, proveniente de diversos setores, pela situação e direitos da mulher na atualidade. E neste aspecto, o tema prostituição se mostra sempre em destaque, pois se para alguns é a maior representação de exploração e submissão da mulher, para outros, pode-se tratar de atividade livremente escolhida, de maneira não forçada, além de ser uma forma de liberalização da mulher, em termos sexuais e laborais. Assim, políticas públicas são desenvolvidas e aplicadas com base em cada uma dessas concepções mencionadas acima, provocando impactos sociais, econômicos, políticos e culturais. Neste contexto, escolhemos a Espanha para uma análise mais profunda, tendo em vista a força que a prática desta atividade tem no país.

b) **Objetivos:** Os objetivos específicos da atual pesquisa são: i) elaboração de revisão bibliográfica sobre os movimentos e teorias feministas espanhóis, com ênfase nas abordagens que tomam como foco de análise o Direito e o Estado; b) elaboração e análise de um mapa geral sobre os mecanismos jurídicos e políticas públicas de proteção social gerais das mulheres prostitutas na União Europeia e, especificamente, na Espanha; c) realização de um quadro comparativo dos diversos discursos existentes acerca da legalização ou não da atividade de prostituição na Espanha, com base nas diferentes teorias de direitos humanos, direitos fundamentais e teorias feministas.

c) **Materiais e Método:** Durante a atividade de intercâmbio realizada na Espanha, decidimos por realizar um quadro comparativo dos diversos discursos existentes acerca da legalização ou não da atividade de prostituição no país, com base nas diferentes teorias de direitos humanos, direitos fundamentais e teorias feministas. Também se tange, para realizar comparações analíticas, a posição da União Europeia e de alguns Estados específicos em relação à atividade. Foi excluída a possibilidade de realização de

entrevistas com mulheres prostitutas espanholas, devido a duas dificuldades: tempo insuficiente para realização de uma pesquisa empírica com entrevistas semiestruturadas, e diferença idiomática entre a pesquisadora e as possíveis entrevistadas, considerando a responsabilidade na análise do discurso e o extrema domínio da língua que se deve ter para tal empreendimento. Este trabalho de pesquisa se desenvolveu através da leitura de diversas fontes bibliográfica, artigos acadêmicos, livros e legislação respectiva, além de visita pessoal e virtual a diversos organismos formuladores e/ou idealizadores de políticas públicas.

d) **Resultados incluindo dados:** em relação à atividade de prostituição, as discussões na União Europeia são muito acaloradas, estando o tema sempre em destaque, no Legislativo, Executivo e Judiciário, além de muito presente também na Academia e na mídia. Atualmente a postura do governo espanhol, central ou locais, além da maioria das entidades não governamentais, é majoritariamente abolicionista, ou seja, consideram a prostituição em si como um atentado à dignidade da mulher, independentemente do seu consentimento, não podendo dessa forma, ser considerada com natureza laboral. Tal postura sofre muitas críticas de outros segmentos sociais por, supostamente, as políticas implantadas neste sentido não terem como foco a retirada da mulher de tal atividade, com o oferecimento do apoio necessário para isso. Ao contrário, afirmam serem tais iniciativas, muitas vezes, uma forma velada de perseguição às prostitutas, principalmente de rua. Denunciam os lemas das campanhas por atribuírem implicitamente às prostitutas baixo valor social e pessoal, e à prostituição violência e humilhação, como elementos essenciais à atividade.

e) **Conclusão:**

Percebe-se que, por ora, apesar de todos os esforços no sentido de erradicar a prostituição de Espanha, as iniciativas no plano de políticas públicas têm segregado cada vez mais esse grupo de mulheres, mantendo-as em um contexto de preconceito e intolerância. Tais políticas não buscam trabalhar com a prostituta enquanto pessoa autônoma e com capacidade de decisão, mas partem de pressupostos equivocados e muitas vezes preconceituosos no sentido de que toda prostituta está com a capacidade de autodeterminação diminuída, sendo a própria iniciativa em “comercializar” o próprio corpo um sinal desta incapacidade. Dessa forma, o vácuo entre sociedade e prostitutas torna-se cada vez maior, assim como o distanciamento entre as políticas públicas implantadas e a real necessidade das mulheres adultas que trabalham livremente com a atividade.